

Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil

Elomar Tambara

Resumo

O objetivo deste trabalho foi inventariar o que os alunos e professores liam nas aulas de primeiras letras no Brasil no século XIX, caracterizando a natureza, a origem, o conteúdo e a dispersão geográfica da produção, da editoração e da distribuição de manuais, compêndios, textos etc, escolares neste período histórico.

Este processo iniciou-se sob a égide Portuguesa, passou por um processo de controle português, francês e brasileiro, consolidando-se sob o domínio do Município Neutro, e, ao final do período, pela emergência de uma estrutura sob hegemonia de autores e editores provinciais.

Palavras-chaves: Livros escolares; ensino primário no século XIX; história da educação.

Abstract

This work aimed at investigating what students and teachers read in the three R's classes in Brazil in the XIX Century, characterizing the nature, origin, content and geographic dispersion of the production, publishing and distribution of scholar manuals, compendiums, texts, etc, in that historical period.

This process started under Portuguese egis, passed by a process of simultaneous Portuguese, French and Brazilian control and was consolidated under the Rio de Janeiro city (Município Neutro) domination. In the end of that period, it was characterized by the emergence of a structure under the hegemony of provincial authors and editors (publishers)

Key-words: scholar manuals; Three R's classes; history of education.

Este artigo constitui resultado parcial da investigação realizada no projeto de pesquisa “Repertório de livros escolares na escola elementar no Brasil no século XIX” desenvolvida no âmbito do CEIHE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação) vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.

O intuito deste trabalho foi inventariar o que os alunos e professores liam nas aulas de primeiras letras no Brasil no século XIX, caracterizando a natureza, a origem, o conteúdo, e a dispersão geográfica da produção, da editoração e da distribuição de manuais, compêndios, textos, etc escolares neste período histórico. Embora não desconhecendo os estudos teóricos que diferenciem estes diversos “artefatos”, neste trabalho faremos um “reducionismo” conceitual caracterizando-nos genericamente como “livros escolares”. É preciso ter em mente que apesar da caracterização jurídica do ensino de primeiras letras no Brasil ser bastante bem definida, na prática, a efetiva utilização dos conteúdos programáticos dependia de uma série de fatores, de modo especial, da capacitação profissional dos professores.

Um aspecto que precisa ser considerado, em termos metodológicos, é a dificuldade na caracterização dos livros escolares nos seus respectivos níveis de ensino, em função de não haver ainda sido implantado, com homogeneidade, um ensino seriado no século XIX no Brasil.

A rigor, apesar das formulações emanadas das leis e regulamentos que regiam a instrução pública, havia uma clara heterogeneidade na formatação das aulas de primeiras letras. Esta heterogeneidade abarcava, tanto a questão de conteúdo e currículo como a questão dos anos de estudo. Em consequência, se torna relativamente ambíguo falar em instrução primária como algo idêntico em todo o Brasil.

Outro aspecto que precisa ser relativizado é o de que muitas vezes os livros escolares tinham uma circulação restringida aos professores, mas que de qualquer forma influenciou o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Uma tipologia utilizada para caracterizar as possíveis distinções foi instituída no Município da Corte em 1885, onde os livros seriam classificados da seguinte maneira:

- “ 1°. Para serem utilizados pelo alumnos na classe;
- 2°. Para servirem aos professores nas suas explicações;
- 3°. Para fazerem parte das bibliotecas escolares ou da ornamentação das aulas;
- 4°. Para serem distribuídos como prêmios” (Brasil, 1886:330).

Ainda metodologicamente há dificuldades em diferenciar a produção, circulação e utilização dos livros escolares. E neste sentido, neste trabalho, não nos preocuparemos com esta distinção.

Além disso, há uma dificuldade adicional que o não manuseio dos textos por vezes acarreta: É o fato de que expressões, termos, conceitos, nomes, etc. tenham tido seu significado alterado radicalmente. Um exemplo disso é o livro intitulado “Análise de Álgebra” que “nada tem a ver com matemática, mas sim com medicina, pois algebrista era o profissional que curava fracturas, entorses, etc. Aquela álgebra era portanto entendida como ‘exame do corpo humano, suas articulações, fracturas e corrupções’” (SILVA, 1999:153).

Dos territórios

A arte da impressão é de cunho relativamente tardio no Brasil. Os cuidados mercantis com que a metrópole se cercava em relação às colônias inibiu por muitos séculos o aparecimento da arte tipográfica no Brasil.

Os cuidados não se restringiram ao cunho apenas comercial mas sem dúvidas se expandiram no aspecto ideológico consubstanciado na atuação, em Lisboa, da “Real Mesa Censória”. Isto implicou que a circulação do impressos esteve muito restrita mesmo antes de sua produção no Brasil.

“Em Portugal, preponderava a inquisitorial censura prévia de manuscritos, tanto para escritores do Reino como procedentes do Brasil. Os prelos eram, então, sistematicamente interdictos e destruídos; os editores e impressores presos, perseguidos ou deportados como moedeiros-falsos”. (Fleiuuss, 1922:1551).

Apesar de, em 1747, haver sido impresso o primeiro livro no Brasil, no Rio de Janeiro, por Antonio Isidoro da Fonseca, em uma tipografia que imediatamente foi fechada pelas autoridades, à mando de “Lisboa”, o efetivo início do processo de produção de impressos ocorreu com a vinda da corte portuguesa em 1808.

Constrói-se então uma estrutura de produção gráfica caracterizada por “imprensa régia”. Sob certo prisma, destinava-se a divulgar os atos governamentais mas sempre elaborou projetos “para fora”. Neste sentido, muitas obras literárias e científicas foram publicadas. Dentre as científicas, destacam-se as obras destinadas a atender as áreas de Engenharia e principalmente de Medicina.

“A ‘Impressão Régia’ era então a primeira e única typographia existente no paiz. Soffriam os originaes severo exame da Junta Directora dessa Repartição do Estado e não eram publicados sem o beneplácito da respectiva secretaria” (Fleiuuss, 1922:1553).

Consolida-se, neste período, o início de um controle mais eficiente por parte do Estado dos sistemas de ensino no Brasil. Progressivamente,

estruturam-se os mecanismos burocrático-legais que determinarão as diversas competências em matéria de ensino. Entretanto, é com D. Pedro I, com a conhecida Lei Geral do Ensino de 1827 que se manifesta com mais visibilidade a intervenção do Estado na educação a qual vai se consubstanciar no Ato Adicional de 1834.

Não restam dúvidas que, apesar deste Ato atribuir um caráter descentralizado ao sistema de ensino concedendo às províncias a responsabilidade pelo ensino primário e secundário, as políticas governamentais reservavam um poder muito grande às diretrizes emanadas a partir do Município Neutro. *“Tornava-se evidente que uma boa organização do ensino primário no município da capital serviria de modelo às províncias e se espalharia em poucos anos em todo território do Império.”* (Almeida p. 83).

Esta política visava, em última instância, executar um processo de uniformização de procedimentos técnico-pedagógicos e, principalmente, de caráter ideológico. Como afirma VILLELA (2000:107) *“percebe-se também que a finalidade dos dirigentes era muito mais ordenar, controlar e disciplinar do que propriamente instruir”*.

Desde logo prevaleceu a concepção de que constituía tarefa inarredável do Estado a supervisão dos manuais e compêndios usados no sistema escolar. Na “Memória de Martim Francisco” elaborada nos primeiros anos do Império demonstra-se claramente esta perspectiva:

“Os compendios destinados para o primeiro grau de instrução encerrando em si elementos mais, e princípios de verdade geralmente reconhecida, que nunca experimentam a influencia das novas descobertas, devem ser compostos debaixo da vigilancia e inspecção do Estado, porque desta forma sua doutrina nunca será desnaturalizada, pela superstição ou negligência, e por isso hão de ser de necessidades melhores” (Moacyr, 1936:137).

Esta cosmovisão é frequentemente renovada, como se observa no Relatório do Ministério de 1835 em que se ponderava a necessidade de se fiscalizar os compêndios que se deve usar em todas as academias, aulas e escolas públicas do Império” (Idem, p. 198).

Em relação aos livros didáticos para a escola elementar, observa-se que a “imprensa régia” não teve qualquer atuação. Consolida-se, assim, o primeiro período na circulação de livros escolares no Brasil caracterizado pela utilização de livros produzidos na Europa com a hegemonia de autores portugueses e de eventuais traduções de textos estrangeiros, principalmente franceses traduzidos por portugueses.

Os compêndios produzidos para a escola primária visavam, em suma, atender os conteúdos previstos para este nível de ensino.

O ensino dado nas escolas primárias compreende: a instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, noções de gramática, princípios elementares da aritmética, o sistema de pesos e medidas.

Este ensino pode ser acrescido de : leitura explicada dos Evangelhos e noções de História Sagrada; aplicações práticas de Aritmética; elementos de História e Geografia, principalmente Geografia do Brasil; princípios das ciências físicas e História Natural aplicáveis às necessidades da vida; Geografia elementar, Agrimensura, Desenho linear, Música vocal, ginástica etc (Almeida, p. 91).

Neste período, que vai de 1808 até 1821-22, caracterizado pela imprensa régia, muito pouco foi produzido em termos de livros escolares para utilização na escola elementar no Brasil. Isto estava vinculado com as limitações da estrutura educacional do Brasil à época. Mesmo assim, pode-se observar que se estava estruturando um mercado consumidor de livro escolar bastante atraente.

Com a liberdade para imprimir concedida por D. Pedro I em 1821, inicia-se um segundo período na publicação de livros escolares no Brasil. Este período que vai até a década de 50, pode ser identificado, em termos geográficos, pela produção portuguesa, francesa e do Município da Corte.

“Já (1821) então existiam, nesta cidade, as typographias particulares de Moreira & Garcez, Nova Officina Typographica, a Imprensa do diário, de Zeferino Meirelles, as de Silva Porto & comp. De Santos & Sousa, ou officina dos Annaes Fluminenses de Torres & Costa” (Fleiss, 1922:1554).

Este é um período que se caracteriza por uma multicomposição de formas e sítios geográficos na produção de textos didáticos. Houve obras, cuja primeira edição foi feita no Brasil, segunda na França e terceira em Portugal. Houve outras em que parte era feita na França ou parte feita no Brasil, etc.

No início do século XIX, de modo geral, a impressão era feita na França e o processo de encardenação do livro era efetuado no Brasil. De qualquer forma, em termos de qualidade estética da impressão, o domínio era francês. Mas, livreiros e impressores como Villeneuve, Gueffier, Ogier, Blancher, Garnier, Crémier, Firmin Didot, Margie, entre outros, começaram a estabelecer uma estrutura produtora de livros no Brasil que nada devia às editoras européias.

Todos eles, em maior ou menor grau atuaram fortemente na produção de livros escolares. Apesar de não constituir o núcleo principal do rendimento das empresas, o texto didático foi um fator de renda substancial.

De modo geral, todas estas empresas possuíam vínculos com a produção de impressos periódicos, principalmente jornais, revistas e almanaques, que se mostravam muito mais rentáveis e menos arriscados do que livros didáticos e de literatura.

De qualquer forma, o que se observa em termos empresariais é que muitos deles encerraram suas atividades no Brasil e voltaram à França verdadeiramente “entesourados”, como foram os casos de Garnier e Villeneuve.

Neste período, início do século XIX, observa-se o declínio do uso de livro escolar de produção portuguesa, embora alguns ainda possuíssem grande circulação no Brasil, como foram os de Castilhos e João de Deus já no terceiro quarto do século XIX.

Observa-se também a emergência de um polo produtor de textos didáticos bastante agressivo em termos mercadológicos no Município Neutro que, com a retirada dos impressores franceses, tende a substituí-los.

Há a gênese de um novo período que se prolonga até a década de 80, caracterizado pela produção de livros escolares no Município Neutro e com a predominância de autores nacionais.¹ Assim, concomitantemente à consolidação de editoras francófilas há também o destaque de outras “brasileiras” como Francisco Alves, Paulo Antonio Gonçalves Guimarães A J. Ferreira, Alves & C., e que passam a consagrar parte significativa de sua produção editorial ao setor de textos didáticos. A par disso, há um “abrasileiramento” de algumas editoras “francesas” que também se destacam na produção de compêndios escolares como é o caso da Garnier e da Laemmert.

Ao final do século XIX observa-se o último período caracterizado pela emergência de autores e editores regionais. Obviamente que cada um destes períodos não está imune da incidência de textos identificados com outros períodos, tanto anteriores como posteriores. O que observamos é que em cada um deles há uma predominância que o singulariza. Desta forma, as produções regionais desde cedo foram elaboradas. Entretanto, é a partir da década de 80 que se tornam mais frequentes e na década de 90, em muitas províncias, se tornaram hegemônicas.

Assim, nas diversas províncias, o início da impressão de livros escolares ocorreu ainda no início do século XIX principalmente em províncias como Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco. Entretanto, no final do período, muitas províncias consolidaram um sistema editorial de livros didáticos autônomo. É o caso da província de São Pedro do Rio Grande do Sul que, na década de 80 e 90, consolidou um parque editorial e uma gama de autores que praticamente monopolizavam os livros escolares

¹ Note que havia, em 1863, na Corte, 32 typographias e três fundições de tipos.

utilizados em sala de aula. Editoras como Americana (Rio Grande), Universal (Pelotas), Rotermund (São Leopoldo), Typografia Comercial (Rio Grande), Rodolfo José Machado (Porto Alegre), Tip. Deutsche Zeitung (Porto Alegre) e Selbach (Porto Alegre) tiveram no livro didático um de seus principais produtos. No caso da editora Rotermund, com a característica de ter se transformado na grande editora de livros escolares em alemão, utilizados largamente nas escolas teuto-brasileiras.

É importante considerar que o município do Rio de Janeiro ainda se mantinha como um dos grandes centros produtores de compêndios e manuais didáticos para o ensino primário. Ilustrativo disto é a atuação da editora Alves & C. em meados da década de 80.

Ensino Primario	
Aulete, Grammatica portuguesa	1\$000
Cavalcanti, lições da cousas (livro do meste)	1\$000
Edom, Historia Sagrada	1\$500
Fonseca Lima, Cathecismo da doutrina-chistã	1\$500
Jordão, Florilegio brasileiro da Infancia (Poesias)	2\$000
Systema metrico	\$800
Otoni (Senador) Compendio de Arithmetica	1\$000
Zaluar, Lições de Cousas	1\$000
Livro da Adolescencia	\$600
Livro da Infancia	\$600
Noções de Geographia	1\$000
Primeiro livro de leitura graduada	\$800
Segundo idem, idem	1\$000

Fonte : Almanaque Laemmert, 1885:1766

Com o intuito de ilustrar empiricamente esta trajetória, tomamos como exemplo o acervo de algumas aulas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul² e que, localizadas em pontos diferentes e mesmo em lugares relativamente ermos, nos mostram com clareza aspectos do espectro desta evolução. Utilizamos também as determinações dos presidentes da província para o provimento de livros escolares para as aulas de primeiras letras.

² As relações provém de relatórios manuscritos, e alguns textos estão ilegíveis, além disso, transcrevemos aqui apenas os textos didáticos, relevando os materiais como mesas, cadeiras, penas, lousas etc.

Objetos que anualmente se devem fornecer segundo o cálculo de dez alunos, devendo-se contar com o que houver de sobra do ano anterior Rio Pardo, 8 de outubro de 1847	Relação dos objetos que foram entregues pela professora de Aula Pública de meninas D. Candida Rosa de Abreu Pedrosa a atual professora D. Maria Leopoldina Lessa – 31/03/1851
LIVROS PARA DEZ ALUNOS	
Grammaticas 2	4 exemplares de Parnaso Juvenil
Arithmeticas 5	1 biblioteca juvenil
Taboadas 5	2 thesouros de meninos
Breve direcções 5	2 exemplares ...
Compendios de civilidade 5	7 volumes historia do Brasil
Ditos de doutrina 5	9 cathecismos de Montepelier
Syllabarios da 2 parte 5	7 livros de gramatica
Cartas de A,B,C 10	1 jogo de dicionário do Fonseca
Bibliotecas juvenis 2	15 rudimentos de Arrithmética
Thesouros de meninos 2	1 dialogo orthographico
Parnasos juvenis 2	2 exemplares ...
	7 exemplares compendios elementares
	1 regulamento das aulas
	3 silabarios inservíveis

Nota-se que há uma contínua, embora lenta, renovação dos livros escolares. Esta trajetória pode ser visualizada, por exemplo, pela variabilidade na utilização dos compêndios de civilidade e dos destinados à “formação moral e religiosa” das crianças.

Relação dos objetos que existem na 1 ° aula de instrução primária de meninos da cidade do Rio Grande Maria Leopoldina Serra em 1858	Relação dos utensílios pertencentes à escola pública de instrução primária da Vila da Cachoeira em 31 do mês de Dezembro de 1858. Prof. Rodrigo Alves Ribeiro
13 arithméticas	25 compendios de civilidade
3 exemplares da biblioteca juvenil-inservível	Dez compendios de moral
4 cathecismo de Montepellier	32 ditos de historia brasileira
idem	25 ditos de doutrina
3 silabários idem	20 syllabarios em bom estado

5 colleções de cartas idem 4 exemplares de Parnaso Juvenil 2 tomos de thezouro de meninas 12 exemplares de Simão de Nantua 7 volumes de Historia do Brasil 9 catecismos de Montpellier 7 compêndios de grammatica Portuguesa 1 jogo de dicionarios 2 exemplares de breve direção 1 regulamento de aulas 27 pedras de escrever	2 ditos em mão dito 12 grammaticas 22 arithmeticas 20 ditos sobre decimaes 18 ditos sobre quebrados 5 thesouts de meninos 6 bibliotecas 6 parnasos juvenis 20 compendios da sciencia do bom homem Ricardo 12 ditos de Fabulas de Esopo 25 ditos de historia natural 30 exemplares para leitura 6 taboadas Noventa folhetos usados sobre agricultura seis alfabetos
---	--

É fácil observar nestas listagens a predominância de obras destinadas à formação moral e cívica das crianças. Os “Tesouros”, os “Parnasos”, os “Catecismos”, as “Fábulas”, entre outros, revelam a preocupação fundamental da escola e, de certa forma, do mercado editorial em transformar a escola num instrumento eficaz tanto de transformação social como e principalmente, de manutenção de um dado status quo.

Textos recomendados no governo FERRAZ, 1859 PAZ, José Ramos – Tratado dos princípios de arithmética Paz, Jose Ramos – Novo methodo para aprender a ler Paz, José Ramos – Taboada segundo o methodo Pestalozzi VENTURA, Duarte. Arte de letra manuscrita LIMA, Fonseca. Cathecismo hist. Dogmática moral e lithurgico da Doutrina Christã MELLO, Carreira de. Compêndio de Doutrina Christa	Cadeira do sexo masculino da cidade do Rio Grande – 31 de outubro de 1895 – Prof. Público normalista e efetivo Edmundo José dos Santos Azevedo -Doze cartilhas nacionais de Hilário Ribeiro - Seis 2 ° livro de Hilário Ribeiro - Nove 3 ° livro de Hilario Ribeiro - Onze Cursos graduados - doze catecismos
---	--

MELLO, Carreira	Compendio de	- Quatro phisicas P. Barros
Civilidade Moral		- Dezesseis Primeiras
FIGUEIREDO	Grammatica	Arithméticas S. Lobo
Portuguesa		- Dez 2 ° Arithméticas S. Lobo
DILERMANDO,	Cyrillo	- Seis gramáticas de Bibiano
Grammatica Portuguesa		- Duas gramáticas de H.
MELLO, Carrera de	Selecta	Ribeiro
Portuguesa		- Tres corografias de H.
VIEIRA, Antonio	Cartas selectas	Martins
CALDAS, Padre	Poesias	- Doze histórias de João
escolhidas		Frankenberg
ABREU E LIMA	- História do	- dez tabuadas
Brasil		- Sete geografia, S. Lobo e V.
VISCONDE DE S. LEOPOLDO		de Araújo
Anais da Provincia		
POMPEO, Padre .	Compendio de	
Geografia		
ROCHA, Justiniano José da		
Compendio de Geographia		
BARKER, Biblioteca juvenil		

É interessante notar que, no final da década de 50, na relação dos textos recomendados pelo presidente da província, não há livro algum elaborado por autor ou editora vinculados à província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Há um domínio de obras e autores oriundos do município da Corte e de Portugal.

Os manuais indicados pelo presidente da província em 1859 são significativamente produzidos por autores portugueses com edições portuguesas ou francesas. Nesta situação enquadram-se José Ramos Paz, Duarte Ventura, Joaquim Lopes Carreira que publicaram respectivamente em Porto na Typografia de Sebastião José Pereira; em Paris na J. P. Aillaud; em Lisboa na Typographia Rodrigues.

Pelos compêndios utilizados em 1895, com exceção do livro de física de Francisco de Paula Barros, observa-se que houve uma completa monopolização dos textos utilizados por autores e editoras regionais. Os autores que ocupam o espaço didático nesta aula, em verdade, dominariam o mercado editorial de livro didático regional por um longo tempo. É ilustrativo o leque de publicações destes autores destinadas às escolas de primeiras letras.

Assim, Hilário de Andrade e Silva RIBEIRO publicou **Segundo Livro de Leituras (Lições do Lar) com conhecimentos úteis**. Rio Grande,

Comercial, 1879. **Geografia da Província do RGS**. Pelotas, Americana, 1881. **Quarto Livro de Leitura (Lições do Lar)** Pelotas, Americana, 1882. **Gramática Elementar e Lições Progressivas de Composição**, Pelotas, Americana, 4º ed. 1883.

José Teodoro SOUZA LOBO, publicou **Primeira Aritmética para Meninos**. Porto Alegre 8º ed. Em 1883 47 edições em 1946. **Segunda Aritmética** Porto Alegre 7º ed. 1884; 41 edições em 1956 **Geografia Elementar** Porto Alegre Globo 17 ed. 1941.

Bibiano Francisco de ALMEIDA, publicou **Compêndio de Gramática Portuguesa**. Porto Alegre, Rodolfo José Machado, 1880.

João FRANKENBERG publicou **História do Brasil por perguntas e respostas**. Porto Alegre, Selbach, 1883 (18 edições até 1935) e **Gramatikalische Studien**, Porto Alegre, Koseritz Deutsche Kalender. 1878.

Vasco ARAUJO E SILVA publicou **Geografia do Rio Grande do Sul para o Ensino Primário** Porto Alegre, 1869. **Noções de Geografia Prática** Porto Alegre, Tip. Do Jornal do Comércio 1869. **Noções de Geografia Geral** Porto Alegre, Rodolpho Machado 1875.

Os trabalhos de Vasco Araújo são emblemáticos neste processo de substituição de livros escolares e a configuração de uma nova territorialidade. Isto pode ser observado na Revista do Partenon Literário, em 1869, que destaca que a Geografia de Vasco Araújo em relação às obras até então utilizadas, as de Freeze e L. Burgain, “as subrepuja em methodo, clareza, matéria, e no que diz respeito a novas mudanças políticas, satisfaz enfim às exigências do ensino para que foi adaptada”.

Uma explicação para este processo de descentralização é a consolidação das Escolas Normais na maioria das províncias. Onde ela aconteceu, floresceu um ambiente propício para a produção de livros escolares. No caso específico da província do Rio Grande do Sul, todos estes autores estiveram vinculados à Escola Normal.³

³ Além desses, que aparecem nas relações acima, pode-se aventar ainda inúmeros outros autores de livros escolares vinculados à Escola Normal e a outros estabelecimentos educacionais provinciais. Assim, Villeroy publicou um “Compêndio de Grammatica Portuguesa” em 1870 pela tip. do Rio Grandense de P. Alegre e sua 2ª ed. Em Pelotas pela Livraria americana em 1883. Este mesmo autor publicou em 1883 “Selecta Nacional ou Trechos Escolhidos de diversos autores Nacionais” também pela Liv. Americana. Além desses e outros autores é importante ter mente, no caso do Rio Grande do Sul, o farto material escolar destinado às escolas teuto-brasileiras, entre os quais se destacaram: BIERI, Frederico. *Deutsches Lehr- und Lesebuch für Brasilien*, 1876; GRIMM, Theodor. *Heimatkunde des states*, 1891; KLEIKAMP, Chr. *Rechembuch für deutsch-brasilianische Valkeschulen*, 189; MARIANI, Dr. José Carlos. *Methodo de AHN para aprender a lingua alemã adaptado a lingua portugueza*, 1886; MEHRERE, Lehrer. *Deutsches Lesebuch*, 1898; MEYER, Heinrich. *Hilfsbuch Zun Erbernem der Landderrsprache für Kinder Deutscher Schulen in den Kolonien von Brasilien*, 1879; SCHENEIDER, Pedro. *Grammatica elementar da lingua alemã*, 1895; ROTHERMUND, Dr. Wilhelm. *Geographie*, 1899; Ktechismeus der Christlichem-Religion, 1883; idem, Livro de leitura para escolas allemans no Brasil, 1888; APELL, A. *Selecta de leituras Allemas*, 1898.

Do controle

É importante perceber que a questão do conteúdo e do controle da leitura sempre foi uma preocupação do legislador no Brasil. Assim, na legislatura de 1826, Odorico Mendes “sugere para livro de leitura a “Constituição” e alguns clássicos da língua. Tem por melhor que os meninos leiam estes livros de que sentenças velhas e obras doutrinárias rançosas que nada valem, embora os meninos não possam alcançar os seus pensamentos, contudo como têm memória fresca facilmente decoram frases e termos os mais puros da língua, com o que para o futuro virão explicar as suas ideias com mais propriedades e sem mistura de língua estranha” (Moacyr, 1936:185).

O poder executivo procurou plasmar nos regulamentos de ensino primário mecanismos de controle do processo de leitura nas escolas. Assim, em 1857, o presidente da província de São Pedro determinava através do Regulamento de Instrução Pública em seu “Art. 3º - O ensino da leitura e escrita será acomodado à idade e capacidade dos alumnos e versará sobre as seguintes matérias, sendo estes, por um tal fim, divididos em diferentes classes:

& 1º Conhecimento: - 1º dos diferentes caracteres de letras de uso commum; 2º de sua formação e modificação; 3º dos accentos e signaes orthographicos, e de pontuação; 4º das syllabas, das palavras, generos, e especies destas, sua formação e derivações; 5º das sentenças, e das partes que as compõem; 6º das regras geraes da syntaxe; sua applicação, e mais partes elementares da Grammatica Portugueza.

& 2º Pronuncia correcta, e leitura corrente, assim em prosa, como em verso, em manuscritos e impressos modernos ou antigos.

& 3º Aparo, preparo, collocação e uso da penna.

& 4º Conhecimento e formação das linhas, traços de escrita, espaços, e intervallos das letras; figuras simples da Geometria, imitação e formação das diferentes especies de letras, escrita (bastardo, bastardinho, cursivo, e letras variadas) à vista de modellos, ou dictada, conforme as regras de Calligraphia.

& 5º Copias de manuscritos, ou de impressos, ou exercicios de escrita com applicação das regras orthographicas, composições, ou escrita dictada.

& 6º Exercícios de memoria, especialmente do calculo mental.

Art. 4º Os modelos para escrita conterão preceitos do Evangelho, ou maximas de moral christã, e normas de actos civis e commerciaes do uso geral.

Art. 5° A leitura recahirá principalmente sobre trechos de Historia sagrada, e da Igreja, da vida dos Santos, ou de homens distinctos e ilustres pelas suas virtudes, e sobre manuscritos antigos e modernos, que mais interessarem aos usos da vida.

Na década de 1850 no Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte⁴ o controle dos manuais escolares era atribuição do Inspetor Geral a quem cabia:

Art. 3°

& 4° Rever os compêndios adoptados nas escolas públicas, corrigil-os ou fazel-os corrigir e substitui-os, quando for necessário”.

Art. 11°

Auxiliado pelo “conselho diretor”.

Neste sentido, em 1854 o conselho diretor deliberou sobre a escolha de livros e compêndios optando pelos seguintes: Catechismo de Fleury, traduzido pelo ex-diretor das escolas Joaquim José da Silveira; Gramatica Nacional de Cirilo Dilermando da Silveira; Coleção de Fabulas pelo Dr. Justiniano Jose da Rocha; Historia Universal de Pedro Parley tradução do desembargador Lourenço José Ribeiro; Harmonias da Creação pelo Dr. Caetano Lopes de Moura; Traslados caligrafos de Cirilo D. da Silveira⁵. Em 1857, o ministro Couto Ferraz acrescenta a esta lista o Resumo de Arithmética do major Avila e o Catecismo de Doutrina Cristã do conego Fernandes Pinheiro.⁶

Nota-se que o Estado procurou plasmar juridicamente, sempre que possível, seu papel determinante na utilização do livro escolar. Isto pode ser observado no Decreto n. 9397 de 07 de março de 1885 que “ Estabelece regras para a adopção das obras concernentes ao ensino primário e da outras providencias” que estabelece em seu art. 1º. “Nenhum livro, mappa ou objeto de ensino será adoptado nas escolas publicas sem prévia aprovação do Ministro do Império , ouvido o Conselho Director, que dará parecer fundamentado.

A adopção dos livros ou compêndios que contenham matéria do ensino religioso, precederá também a aprovação do Bispo Diocesano, na forma do art. 56 do Regulamento annexo ao Decreto n. 1331 A de 17 de Fevereiro de 1854” (1886:329).

⁴ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1854. Tomo XV. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1854.

⁵ Relatório do Inspetor Geral de Instrução Publica do Município da Corte Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camera in Moacyr, 1937:59.

⁶ Moacyr, 1937:73.

Um dos artifícios utilizados pelo estado para deter o controle era estimular a produção de livros escolares através de concursos e através de privilégios como ilustra o decreto de 12 de novembro de 1827 que concedeu ao desembargador José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araújo privilegio para seus escritos “compendio scientifico para a mocidade brasileira”. Em verdade, é um livro de excertos de 40 obras e “destinado ao uso das escolas do dois sexos, ornado de nove estampas acomodadas a arte e as ciências de que nele se trata”.

Da natureza

A prática da leitura consubstanciou-se em um dos aspectos fundamentais do processo de socialização via escola no Brasil Imperial, mormente no ensino primário.

Art 6° - Na leitura os professores se esforçarão em dar aos seus alumnos uma pronuncia clara e distincta, e muito particularmente em obter que estes comprehendão o que lêem, ou escrevem; e por esta razão aos alumnos que começarem a ler, escrever e contar, se buscará, quanto fôr possível, evitar-lhes o tédio que na pratica produzem os principios elementares de quasi todas as artes e sciencias, assim como obviar aos vícios, que na leitura provem do máo hábito, e que não aprendão a fazer maquinalmente as cousas, sem saber dar a razão dellas.

Os textos mais utilizados para o exercício da leitura, no início do século XIX, no Brasil, foram principalmente o “*Catecismo Histórico*” de Fleury e as “*Fábulas de Esopo*”.⁷ A seguir estas obras foram substituídas pelo “*Tesouro dos Meninos*” e pelo “*Simão de Nantua*” de Jussieu. Principalmente na província do Rio de Janeiro, já na década de 50, houve a utilização de alguns compêndios elementares compostos pelo padre José Policarpo. E, em algumas províncias, os professores utilizaram-se das poesias sacras do padre Caldas para uso das escolas.

Os compêndios “*Thesouro de Meninos*” granjearam grande popularidade no período imperial; de modo geral, possuíam como característica comum a agregação de textos de caráter moral-doutrinário.

Alguns destes textos eram mera tradução de compêndios franceses como foi o caso de “*Thesouro de Meninos*” de Pedro BLANCHARD

⁷ Dentre elas as que maior reconhecimento tiveram em Portugal e no Brasil foi a traduzida pelo poeta português Miguel do Couto Guerreiro que além das “*Fábulas de Esopo*” também traduziu a “*Arte poética de Horácio*” e as “*Heróides*” de Ovídio.

traduzido por Matheus Jose da Costa. Inúmeras foram as edições deste livro no Brasil, inclusive duas realizadas por livreiro brasileiro em Havre. Segundo Blanchard a intenção da obra era reunir tudo o que deve entrar no comportamento do homem para com os seus semelhantes (1874:7) Pretendia adotar um estilo baseado em “comparações, suposições e exemplos” para melhor se fazer entender aos espíritos dos meninos.

Em muitas edições desta obra houve agregações de conteúdos mais técnico-científicos. O catálogo da Livraria Laemmert de 1862 explicita a natureza deste compêndio:

Obra clássica dividida em três partes: Moral, Virtude, Civilidade. Composta por Pedro Blanchard. Novíssima edição, emendada, ornada com 16 estampas coloridas e enriquecidas de Maximas do Marquez de Maricá, de Poesias para facilitar a leitura dos versos, de noções de Arithmetica, de um compendio da Historia Sagrada, de novas noções de Geographia, etc. (Laemmert, 1862:29).

Esta continuada adição de textos de diferentes conteúdos, a rigor, segue uma tendência bastante comum em meados do século XIX que era a conformação de livros escolares que englobavam praticamente todo o currículo do ensino primário. Um exemplo disto é o “Manual Encyclopedico para uso da Escolas D’instrução Primária” elaborado por Emílio Achilles Monteverde. Compunha-se de: Princípios Geraes de Moral; Da religião; Das linguas e sua derivação; Da grammatica portugueza: Da arithmetica; Elementos de civilidade; Definições Geométricas; Bellas Artes; Da geographia; Da história; Noções geraes de Physica; Da mythologia.

Destinado às aulas femininas, também com grande sucesso, havia o “*Thesouro de Meninas*” de Leprince de Beaumont⁸:

“(Livro de Bonna), ou dialogos entre uma sabia aia, e suas discipulas, Compreendendo também compendio da historia sagrada, da fabula, da geographia; reflexões uteis e contos moraes; composto por Mme. Beaumont. Duodecima edição, em que a geographia é tratada conforme os ultimos tratados, ornada com 8 estampas coloridas, 2v.”

O trabalho do escritor e pedagogo francês, Lourenço Pedro JUSSIEU, intitulado “*Simão de Nantua ou o mercador de feiras*”, publicado na França, em 1818, obteve sucesso imediato, tendo tido rapidamente mais de 30 edições e sido traduzido em mais de uma dezena de línguas. Trasladoado ao português por Felipe Ferreira de Araujo e Castro

⁸ Esta obra teve a tradução para o português de Joaquim Ignácio de Faria. Posteriormente Joaquim Ferreira dos Santos acrescentou a parte de Geografia.

este compêndio obteve muita aceitação no Brasil e desde logo constituiu-se em um dos manuais de moral e civilidade de maior utilização nas salas de aula. Respalado principalmente no prêmio conferido pela Sociedade de Instrução Elementar de Paris como o livro “*mais conveniente à instrução moral e civil dos moradores da cidade e do campo*”.

O grande rival dos manuais intitulados “tesouro de meninos” foi a obra de Benjamin FLANKLIN “*A Ciência do Bom Homem Ricardo ou Aforismos domésticos para legítimos constitucionais*”⁹ É significativo o título da edição da livraria Laemmert “*Sciencia do bom Homem Ricardo ou Meios de Fazer Fortuna*” (Laemmert, 1862:28) Este manual, de certa forma, é um compêndio da obra “*Almanach do bom homem Ricardo*”, que Flanklin organizara nos Estados Unidos da América do Norte em 1733. Esta publicação também teve imediata circulação no mundo inteiro. Somente na França, em menos de quatro anos foram comercializados mais de 40.000 exemplares. Pela propaganda da obra feita pela livraria Americana pode-se aferir perfeitamente o caráter da obra:

“O bom homem Ricardo encanta e persuade, quando nos pinta o homem laborioso, economico e bom, prestando uteis serviços aos seus semelhantes, e recebendo em troca o contentamenio de si mesmo, a estima dos outros homens, saúde e dinheiro” (Rodrigues, 1914: 93).

O manual de caráter mais religioso que foi muito utilizado nas escolas primárias no Brasil foi o *Catechismo Histórico* do padre e escritor francês Claude FLEURY publicado pela primeira vez na França em 1679.

Rivalizando com o catecismo de Fleury o “*Catecismo da Diocese de Montpellier*”, pelo bispo Charency traduzido para o português ainda no século XVIII, foi o instrumento de doutrinação religiosa que com maior intensidade foi utilizada em sala de aula. Dificilmente encontra-se uma escola no Brasil, no Século XIX, que não tenha, em algum momento, se utilizado deste compêndio no processo de ensino aprendizagem Como outras obras deste gênero, em determinadas edições foram agregados conteúdos de outra índole. Como atesta o reclame da primeira edição da Laemmert no Brasil.

“Novíssima edição, à qual se ajuntou um compendio da Orthographia portugueza, um resumo de Arithmetica e um tratado de Geographia universal. E esta a primeira edição do Catecismo de Montpellier impressa com todo o cuidado no Brasil, e na qual se introduzirão importantes melhoramentos,

⁹ A tradução mais conhecida desta obra é a realizada pelo escritor e jornalista português Rodrigo Antonio Cerqueira Veloso que ainda traduziu do mesmo autor “*Miscelânea de Moral e Economia*”

como, v.g., de substituir em todas as orações a Família Imperial à Família Real, como se usa erradamente em outras edições, o que torna esta nossa edição também por este motivo preferível a qualquer outra” (Laemmert, 1962:03).

A partir de meados do séc XIX, o Cônego Fernandes Pinheiro, com seu *Catecismo de Doutrina Cristã* foi um dos autores brasileiros de texto didático de natureza “doutrinária” com mais aceitação nas escolas de primeiras letras no Brasil.

O campo da doutrina cristã, sem dúvida, era bastante disputado pelas editoras e eram muitas as edições destinadas às aulas. Como exemplo podemos ver a editora Laemmert anunciar, em 1862, no seu catálogo:

- Cartilha da Doutrina Christã, ordenada à maneira de dialogos para ensinar os meninos, pelo P. Marcos Jorge, Doutor em Theologia, accrescentada e emendada pelo P. Ignacio Martins, Doutor Theologo.

- Cartilha, ou compendio da Doutrina Christã, Contém a doutrina, orações, etc., por Antonio José de Mesquita Pimentel, Abbade de Salamonde. Novissima edição, augmentada com boas estampas, e impressa em bom papel (p. 2).

- Catecismo da Doutrina Christã, impresso por ordem do Exmo e Revmo Sr. Bispo do Rio de Janeiro para uso de sua diocese, adoptado pelo Exmo. e Revmo Sr. Bispo do Pará.

No Extracto do Catalogo Geral da Casa Aillaud, Guillard:

- Cathecismo do Patriarchado, disposto em melhor ordem e publicado por mandado do exm. E Revmo. Senhor Cardeal Patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues.

- Compendio da Doutrina Christã, para uso daquelles que a não souberem, e dos meninos que começam a ler.

- Resumo da Historia Sagrada, para uso dos meninos; pelo presbytero J. I. Roquete. Com figuras no texto.

A tipografia do Centro de Porto Alegre publicou em 1890 *Catecismo de Doutrina Cristã* por Antonio Queri que se tornou muito popular nas escolas do Brasil Meridional. Esta obra rivaliza principalmente no Sul do País com o “*Catecismo de Doutrina Cristã*” do Pe. Zeferino Dias Lopes editado em Porto Alegre e publicado em meados do século XIX.¹⁰

¹⁰ Destacam-se ainda nesta área: ALBUQUERQUE, Felix. *Lições de doutrina Christã*; ALBUQUERQUE, Salvador Henrique. *Breve Compendio de Doutrina Christã*; ARAÚJO, José. *Cathecismo ou Livro dos Meninos*, 1826; BARKER, Antonio. *Compendio de Civilidade Christã*, 1858; CAMPOS, João Baptista. *Cathecismo Christão* (composto para jovens virgens a educar nos Institutos); CORTEZ, Frei Bento,

Com uma natureza um pouco diferente, também se encontrava, em quase todas as aulas, textos escolares denominados “*Parnaso Brasileiro*”. O primeiro Parnaso Brasileiro foi compilado em 1829 por Januário da Cunha BARBOSA para “servir de modelo, ou de estímulo à nossa briosa mocidade, que já começa a trilhar a estrada das Belas Artes”.

Em 1843, também no Rio de Janeiro, PEREIRA DA SILVA, publicou pela editora Laemmert seu *Parnaso Brasileiro ou Seleções de Poesias dos melhores Poetas Brasileiros desde o Descobrimento do Brasil*. Estas obras constituem a gênese das “*Seletas de Prosa e Verso*”, que tanto sucesso fizeram a partir do final do século XIX e início do século XX.

No processo de regionalização da produção editorial do texto didático que é uma das hipóteses de trabalho desta investigação também se observa a transferência para a província da elaboração destas coletâneas de textos.

A exemplo de Cunha Barbosa e Pereira da Silva, Frederico Ernesto Estrela de VILLEROY publicou, em 1883, sua “*Selecta Nacional ou Trechos Escolhidos de Diversos Autores Nacionais*” pela Livraria Americana de Pelotas e Alfredo CLEMENTE PINTO publicou em P. Alegre pela editora Selbach em 1884 sua “*Seleta em Prosa e Verso dos Melhores Autores Brasileiros e Portugueses*”. Esta obra constitui-se no principal livro de leitura por várias dezenas de anos nas escolas do Brasil Meridional.

Neste autor, nota-se a clara interferência da ideologia católica na escolha e definição dos textos a serem coligidos. Clemente Pinto nunca escondeu sua situação de católico praticante sendo inclusive eleito deputado à Assembléia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Católico e foi um dos signatários da Constituição Política promulgada em 14 de julho de 1891.

A *Selecta* de Clemente Pinto substituiu a “*Selecta Brasileira*”¹¹ compilada pelos Srs. Ignacio de Vasconcellos Ferreira e Antonio de

Catecismo de Doutrina Christã, 1867; COSTA, D. Antonio. *Compendio da Civildade Christã*, 1880; COUTINHO, D. José Caetano. *Catecismo da Doutrina Christã*; LACERDA, D. Pedro Maria de. *Cartilha Catholica*; LIMA, José Joaquim da Fonseca, *Catecismo Histórico, Moral e Lithurgico da Doutrina Christã para uso das escolas primárias e dos fiéis*, 1856; LORENA, José Egydio, *Catecismo Historico*; SANTOS, Ignácio Francisco dos. *Instrução moral e religiosa para uso das aulas de primeiras letras: obra accomodada a intelligencia dos meninos*; SARMENTO, Casimiro José de Moraes. *Compendio de história sagrada por perguntas e respostas*, 1847; SILVA, Cyriaco Antonio dos Santos e. *Catecismo brasileiro para uso das escolas primárias de ambos os sexos*. 1882; SILVA, Manoel Francisco Dias da. *Lei de Deus: Lendas baseadas pelo decálogo*. S/d; SILVEIRA, Joaquim José da. *Pequeno catechismo histórico*, 1848; SOARES, Vicente Rodrigues da. *Catecismo da doutrina christã, abreviado e seguido de um tratado e de um resumo da historia sagrada, dedicado a juventude estudiosa*, 1861; TOSCANO, Antonio Francisco. *Resumo da doutrina christã, organizado segundo o último programma para o ensino para esta disciplina nas escolas primarias*. 1876

¹¹ *Selecta Brasileira*: Compilação de autores nacionais. Porto Alegre, Tip. De “O Rio Grandense” 1869.

Azevedo Lima que havia sido adotada para uso das escolas da província do Rio Grande do Sul em função de aprovação do Conselho Diretor da Instrução Pública da província.

Pires de Almeida, em 1889, comentou esta tendência:

Publicam-se frequentemente no Brasil pequenos livros escolares, sob o título de Selectas; são excertos escolhidos de diferentes autores portugueses ou brasileiros para oferecer aos alunos modelos de estilo, segundo os diversos programas de exames em vigor. Estas compilações efêmeras são mais ou menos bem feitas e o mérito é apenas, dos autores de onde foram extraídos. Consideramos um método perigoso reduzir o estudo de onde foram extraídos. Consideramos um método perigoso reduzir o estudo dos mestres da língua aos extratos e aos compêndios (Pires, 160).

Mesmo assim, o sucesso editorial estava, de certa forma, vinculado à pertença (ou influência sobre) as comissões de educação que detinham o poder de indicar ou vetar as obras que poderiam ser utilizadas nas escolas. O dístico “aprovado pela comissão de instrução” da província era uma garantia de sucesso.

Sem dúvidas, paulatinamente, o poder público foi se constituindo no principal “cliente” dos editores de textos escolares. Assim, para exemplificar, em 1866, na província do Rio de Janeiro, foram distribuídos entre as escolas públicas primárias 6.607 de compêndios escolares; 587 de grammatica; 652 de “contos de Schmid”, 565 de historia sagrada; 588 de catecismo de doutrina cristã; 95 de historia do Brasil; 403 de “Iris classico”; 423 de catecismo de agricultura; 279 do sistema métrico; 1.301 silabario; 1.700 de taboadas; e 14 de translados. Em setembro do ano passado foram recebidos na diretoria de instrução os seguintes: 2.000 exemplares de catecismo de doutrina cristã; 1.000 de “Iris classico”; e ultimamente 1.000 de gramatica ... (MOACYR, 1939:240).

No início da década de 1840 “*O Catecismo Histórico*” elaborado pelo sacerdote e escritor francês Claudio Fleury, e publicado na França em 1679, foi impresso no Brasil por ordem da Assembléia Provincial de São Paulo para uso das escolas primárias. Esta medida também havia sido tomada pela corte como revela o relatório do ministro Almeida Torre, em 1845, “A tradução do catecismo de Fleury tem merecido grande aceitação: a pedido do presidente da província do Maranhão para ali se remeteu uma porção de exemplares que tem sido distribuídos pelas escolas publicas e outra se liberalizou à Sociedade Amante da Instrução nesta Corte. (MOACYR, 1936:213).

Nestas obras distribuídas pelo poder público nota-se uma clara preponderância de conteúdos destinados a formação moral e cívica dos alunos. Dentre elas, se destacam os livros de contos nos quais direta ou subliminarmente estão subsumidos conceitos e categorias morais e ideológicas. Em meados os século XIX, sem dúvida destacam-se alguns livros nesta área. Em primeiro lugar há os “Contos de Schmid” que tiveram grande popularidade nas escolas. Consistia em traduções do alemão feita de contos morais elaborados pelo cônego Schmid entre eles destaca-se **“Emma de Tanneburgo”** (trad. Francisca Maranhão) que *“encerra em si um curso completo de moral, que mostra aos meninos como devem conduzir-se, tanto em relação aos seus pais e irmãos, como aos seus semelhantes em geral, e merecia ser adoptado como leitura em todas as escolas”* (Laemmert, 1864:11) Além deste destacaram-se **“Theophilo”** (trad. de Anania Ibirapitanga de Araujo); **“A Cestinha de Flores”**; **“Eustachio”** (trad. Raymundo da Camara Bittancourt); **Contos e Historietas de instrução e recreio traduzidos do alemão, dedicados à infancia de ambos os sexos.**

Neste período é evidente o processo de germanização da moral. Os livros de contos em sua maioria eram traduções de contos alemães como por exemplo os **“Novos Contos Recreativos e Doutrinaes de um Pai a seus Filhos”** e **“O Livro Variegado”** por F. Hoffmann e traduzidos do alemão pelo Dr. Anstett que tinham o objetivo *“de inspirar o amor à virtude e mostrar-lhes as conseqüências dos vícios”* (Laemmert, 1864:56).

Também autores franceses contribuíam com seus contos como foi o caso de Casimiro Lieutaud com o **“Legado de um mestre aos seus discipulos: contos moraes, deveres das moças e algumas poesias”**.

Cabe observar que a opção por contos de origem exótica atendia a necessidade de implementação de um processo civilizatório de caráter europeu. Neste sentido, tanto a França como a Alemanha eram tidas como parâmetro de comportamentos e condutas morais e sociais.

É válido destacar ainda dois aspectos nos compêndios de contos; em primeiro lugar, a utilização de situações e circunstâncias explicitamente distanciadas da realidade do leitor brasileiro. Havia uma clara predominância de ambientações no Oriente com contos eivados de Scheiks, vizires, sultões, magos, etc. Em segundo lugar, não é crível a alegação da ausência de contos nacionais. O trabalho de Sylvio Romero “Contos Populares do Brazil” publicado em 1885 constitui-se num exemplo de uma coletânea cuja premissa fundamental era contribuir para solidificar um espírito de brasilidade alicerçado na miscigenação étnica. Assim os contos foram divididos em três seções: a) contos de proveniência européia b) fábulas de origem africana c) Mitos e fábulas de origem tupi. “O brasileiro é

o resultado das três almas que se reuniram” (Romero, 1885:VI) Além desse trabalho, destaco o compêndio de Hemetério José dos Santos, *O Livro dos Meninos: Contos Brasileiros* publicado no Rio de Janeiro em 1881.

Rivalizando com os contos temos a obra de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha “**Iris Clássico: coordenado e oferecido aos mestres e aos alumnos das escolas brasileiras**”.

É notória a utilização de mecanismos de “compactação” de conteúdos nos textos destinados à leitura escolar. Embora consistissem uma alternativa mercadológica de condensação da dispersão de assuntos e autores a formatação editorial em “florilégios” “coletâneas” “parnasos” “seletas” etc.¹²

Destarte, como aponta Hamesse “esses volumes ofereciam o essencial de uma obra ou de um assunto em frases frequentemente curtas e fáceis de memorizar, respondendo assim às necessidades dos usuários” (1998:127).

“Mas é preciso reconhecer que, apesar de seu número significativo nas bibliotecas, essas coletâneas serviam unicamente como reservatório de textos e não estimulavam a criatividade. Sua consulta nunca favoreceu a elaboração de teoria nova ou explicação de uma metodologia original, seja para exegese, seja para a redação de um comentário pessoal” (Idem 127).

Estruturalmente estes textos representavam a concepção paradigmática de sociedade do compilador. Este processo de mediação condiciona a seleção dos autores, dos textos, e particularmente da parte do texto. Neste sentido, não correndo o risco de apresentar determinados autores ou conteúdo que implicassem conflitos com a ordem vigente. Há um

12 Entre muitos, destacaram-se os seguintes textos: SANTOS, Ignácio Francisco. *Selecta Clássica*; BARBOZA, Junuário. *Parnazo Brasileiro*, 1829; BARKER, *Parnaso Juvenil*; 1860; CARVALHO, Felisberto, *Selecta dos autores modernos*; 1881; idem. *Primeiro Livro de Leitura*; 1892; COARACY, José. *Selecta dos Classicos*; COITINHO, Tancredo, *Livro das escolas*, 1891; COSTA, João Baptista, *Nova Selecta Clássica*, 1880; GAMA, Miguel do Sacramento, *Selecta Classica para Leitura*, 1866; JORDÃO, João Rodrigues, *Florilégio Brasileiro de Infância*; 1874; MAIA, Antonio de Mello Muniz, *Thesouro das Escolas*, 1881; PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Leitura para meninos*, contendo uma coleção de historias Moraes, relativas aos defeitos ordinários as idades tenras e um dialogo sobre a geographia, chronologia, historia de Portugal e historia natural, 1818; REGO, Antonio. *O livro dos meninos: Curso elementar de instrução primaria*, 1862; RIBEIRO, Joaquim Sabino Pinto. *Leitura mixta de instrução primaria*, 1852; ROCHA, Laudelino. *Primeiro livro de leitura*, 1874; ROCHA, Laudelino. *Segundo livro de leitura para uso da infância brasileira, adaptado nas escolas primarias de Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará*, 1883; SABINO, Januário dos Santos. *Selecta nacional, composta de trechos dos melhores poetas nacionais e organizada para uso das escolas primárias*, 1883; SANTOS, Hemetério José dos. *O livro dos meninos: contos brasileiros*, 1881; SABINO, Januário dos Santos. *Selecta nacional composta de trechos dos melhores poetas nacionais e organizada para uso das escolas primárias*, 1883. .

filtro que o torna asséptico mesmo quando se utiliza de autores que em outras obras poderiam ser considerados como “perigosos” para a leitura escolar.

Há portanto uma tendência à simplificação, ao reducionismo e a superficialidade. cujo típico exemplo é a obra do marques de Maricá. “*Máximas, Pensamentos e Reflexões.*” O marquês publicou três diferentes coleções de máximas : 1837, 1839 e 1841, com edições “revistas e ampliadas” em 1844 e 1846 sendo todas reunidas, em 1850, em um único volume pela editora Laemmert.

Do misoneísmo

Há no século XIX uma visível tentativa de lutar contra o que se considerava uma tendência inata da cultura portuguesa de resistir às inovações. Com este intuito o parque industrial estimula o aparecimento de uma série de mecanismos destinados tanto a tornar mais agradável a leitura, como baratear o preço dos textos didáticos.

Observa-se que era freqüente o preço diferenciado para as aulas que comprassem os compêndios “às dúzias”. Além disso, era comum uma clara petição de autoridade ao legitimar a qualidade dos textos pela titulação eclesiástica de seus autores. Outra “estratégia de marketing” muito utilizada pelas editoras era recorrer a estampas.

Este pormenor pode ser aquilatado pelo comentário feito ao “*O livro Predilecto da Infancia de ambos os sexos*” ou Novo Tesouro de Imagens, instructivo e recreativo, precedido de primeiras lições para se aprender a ler e contar. Adornado de 13 quadros ricamente coloridas, representando 61 lindíssimos objectos diversos.

Todos sabem quanto de atractivo para as crianças um livro com bonitas estampas coloridas como as que adornão o *Livro Predilecto*. Portanto os pais que quizerem que seus filhos aprendão sem repugnancia e até com gosto as primeiras letras devem comprar-lhes esta obrinha, e breve se convencerão que justifica o seu titulo (Laemmert, 1862:12).

A competitividade que se estabelecia entre os editores estimulou o processo de criação de novos padrões gráficos e de composição. O suporte visual, elemento fundamental do processo de leitura, moderniza-se com a introdução de novas disposições dos textos e das gravuras nas páginas. As fontes dos tipos obedecem a padrões mais agradáveis ao leitor. Os autores e editores tornam o texto mais “visível”.

Na disputa pelo mercado editorial do livro didático, inquestionavelmente, um dos mecanismos de indução à venda era a utilização no título de “epitome” neste sentido se observa a extensão dos títulos dos livros que freqüentemente constituía-se quase que numa ementa do conteúdo do mesmo.

Um aspecto que preponderou por quase todo século XIX, foi a elaboração do livro com capa dura. Este aspecto visava obviamente uma melhor conservação do livro tentando amenizar a transitoriedade do livro didático mormente naqueles adquiridos pelo estado para comporem as bibliotecas da escolas. Este aspecto é facilmente percebido pelo livros que se preservaram até nossos dias. Raramente, algum manual escolar que foi elaborado em “brochura” é atualmente encontrado.

Da mercantilização ou da profissionalização

O que se observa é que, em meados do século XIX, o livro didático passou a se constituir em uma efetiva fonte de renda para seus autores e, de modo especial, para as editoras.

De modo especial, a editora Garnier passou a estabelecer uma relação mais profissional, pelo menos com alguns autores mais “populares” como é o caso de J. C. Fernandes Pinheiro. Autor de vários textos largamente utilizados nas escolas, entre os quais se destacam “*O catecismo de Doutrina Cristã*” publicado em 1855, e “*História Sagrada Ilustrada*”.

“Vendi a sexta edição desta obrinha ao Livreiro B. L. Garnier pela quantia de um conto e oitenta mil réis! A tiragem foi de quatro mil trezentos e sessenta exemplares. Recebi esta quantia a 14 de fevereiro de 1876. Cada exemplar é vendido a mil réis, cabendo-me pelos direitos de autor duzentos e setenta mil réis por cada mil exemplares”(entreguei o exemplar correto a 29 de março de 1869) (apud LAJOLO, 1996:96).

A remuneração obtida pelo cônego pode ser aquilatada pela remuneração de um professor que, na época, recebia por seu trabalho, em torno de 600 mil réis anuais. Portanto, a remuneração deste autor representava, sem dúvida, uma renda significativa. Entretanto, a minuciosa escrita contábil de Fernandes Pinheiro pode nos permitir a ilação de que o texto didático constituía uma privilegiada fonte de renda para os autores e efetivamente para alguns o era. Entretanto a maioria dependia do próprio esforço para distribuir suas obras e, de modo especial, estas edições

dependiam em muito de subscrições que, a priori, garantiam um retorno mínimo ao investimento feito. A rigor, o risco ficava com o autor.

No caso de Fernandes Pinheiro, é preciso levar em consideração que o mesmo tinha quase que inerente a sua pessoa dois dos principais fatores para a legitimação de uma obra didática na época: a chancela da Igreja, pela condição de cônego, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ser seu conselheiro.

Como anteriormente dito, o sucesso de uma obra didática dependia em muito da aprovação de diversos conselhos, normalmente específicos para cada província que, ao recomendarem ou não determinado texto, condenavam-no ao sucesso ou insucesso editorial. Sem dúvida, o domínio deste poder era crucial para a circulação dos textos mesmo porque o próprio governo provincial era um dos principais clientes deste tipo de literatura.

Esta é uma das explicações para o reduzido número de obras didáticas destinadas à escola elementar nas diversas editoras no século passado. Assim como era reduzido o número de autores didáticos eram incontáveis o número de edições de muitas delas.

Em verdade, algumas editoras tiveram especial atenção para a produção de manuais destinados a aprender a ler e escrever. Em 1862, a editora Laemmert anunciava "*Escola Fundamental*" ou *Methodo facil* para aprender a ler, escrever e contar, com os primeiros elementos da doutrina christã, por um professor; *O Livro Predilecto da Infancia de ambos os sexos*" ou Novo Thesouro de Imagens, instructivo e recreativo, precedido de primeiras lições para se aprender a ler e contar; "*Methodo Facilimo para aprender a ler, tanto a letra redonda como a manuscripta, no mais curto espaço de tempo possível*", por E. A. Monteverde; "*Cartilha Nova ou Alfabeto Portuguez*, e primeiro leitura para a infancia; *O novo syllabario Portuguez* ou Novo Methodo para a aprender a ler em breve tempo a lingua portugueza, por J. R. Galvão. "*Primeira Collecção de Cartas para os meninos e meninas aprenderem a ler*; "*Princípios de Leitura*, ou Methodo para se aprender a ler com muita facilidade e dentro em pouco tempo tanto a letra redonda como a manuscripta, seguido de algumas Maximas Moraes e da Taboada.

Nesta perspectiva de "marketing" Francisco Alves da S. Castilho elabora uma cartilha para ensinar a ler às moças "*ABC de amor* ou methodo ameno de ensinar a ler às moças conforme o systema da Escola Brasileira. Seguido de uma mimosa collecção de poesias amorosas e ternas extrahidas dos melhores poetas, além do Diccionário das flores da explicação das cores e do thermometro de amor."

A editora Garnier publicou de Joaquim Maria de Lacerda "*Novo expositor portuguez* ou methodo facil para aprender a ler; *Novo Alfabeto*

Portuguez, methodo facil para aprender a ler; Novo Syllabario Portuguez, com muitos exercícos de ler soletrando.

Chama a atenção a necessidade que os autores e editores tinham de “enriquecerem” os compêndios escolares com textos de moral, civilidade. Apesar dos inúmeros manuais desta natureza entre eles “Pedrinho ou o amor Fraternal” que segundo a editora se destinava a desenvolver *as idéias que amanhecem, ensinar o caminho à probidade, derramar a instrução no animo terno, e firmar os futuros acertos e a ventura*.

Sem dúvida, os textos didáticos destinados ao processo de aprender a ler passam a constituir, no século XIX, em um dos principais produtos das editoras e livrarias brasileiras.¹³

13 Entre muitos outros destacaram-se, no século XIX: ALMEIDA, Manuel. *Syllabario*, 1883; JACOBINA, Araújo. *Syllabario Nacional*; BARKER, Antonio. *Syllabario Portuguez*, primeira parte, 1860; idem, *Segunda parte*, 1861; BORGES, Joaquim. *Livro do povo ou Syllabario Brasileiro*, 1895; CALDEIRA, João BBB. *Primeiro Livro de Leitura: Syllabario*, 1877; CASTRO, Eduardo. *Systema de Leitura*, 1861; CAVALCANTI, João B. *Leitura Selecta para uso das Escolas Primarias*, 1880; CUNHA, Antonio Estevão. *Primeiro Livro*; HUDSON, Octaviano. *Methodo Hudson*; JARDIM, Miguel. *Catecismo Escolar*, 1878; KOEFFER, Frederico Adão Carlos. *Syllabario Brasileiro para aprender facilmente a ler*; KOPKE, João. *Methodo Racional e rapido para aprender a ler sem soletrar*; LACERDA, Joaquim Maria de. *Novo Syllabario Portuguez*, 1879; LIMA, José Ignácio de Abreu, *A cartilha do Povo*, 1849; MASCARENHAS, Francisco de Paula. *Abecedario Mascarenhas ou Methodo repentino de aprender a ler organizado e dedicado à infancia brasileira*, 1881; MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. *Cartilha maternal*; PESTANA, José Fillipe. *Methodo de aprender a ler pelo alphabeto natural, baseado nos estudos do professor portuguez Candido José Ayres de Madureira e adaptado ao ensino pelo professor, etc.* 1884; PIMENTEL, Francisco da Silveira de Ávila. *Cartilha da Infância*, 1878. RENAULT, Victor. *Methodo fácil para aprender a ler em quinze lições*. RIBEIRO, Joaquim Sabino Pinto. *Manual do examinador ou explicador da instrução primaria, contendo pontos sobre a doutrina christã, grammatica e arithmetica*, 1858; ROCHA, Laudelino. *Primeiro livro de leitura*, 1814; ROZA, Francisco Ferreira da. *Methodo pratico de aprender a ler, seguido do primeiro livro de leitura*, 1888; SABINO, Januário dos Santos. *Primeiro livro ou expositor da língua materna*, 1878; SALGADO, Camilo Henrique. *Compendio elementar para o ensino dos primeiros rudimentos da língua nacional*, 1878; SILVA, Augusto Freire da. *Novo Methodo de ensinar a ler e escrever*, 1863; SILVA, José Jorge Paranhos da. *Carta de nomes para se ensinar em pouco tempo a ler e escrever*, 1881; SILVA, José Maria Velho da. *Syllabario ou compendio de leitura elementar para servir de introdução ao primeiro livro da infância ou exercicio de leitura*, 1876; SILVA, Manoel Francisco Dias da. *Syllabario Ilustrado*; SOARES, Francisco de Paula. *Syllabario Brasileiro para se aprender facilmente a ler*, 1858; SOARES, Vicente Rodrigues da Costa. *Expositor brasileiro ou arte aprender a língua nacional; organizada sobre um plano novo e fácil, seguida de trechos escolhidos de história sagrada, da doutrina christã e Arithmética elementar*; SOUZA, José Martiniano de. *Primeiras linhas de leitura. Novo e fácil systema para uso das escolas*. 1881; SUZANO, Luiz da Silveira Alves de Azambuja. *Syllabario para ensinar a ler língua portugueza*, 1848; TOLLSTADIUS, Nicolau Jasmes. *Methodo Ollendorf; systema pratico e thorico de aprender a ler, escrever e fallar com toda a perfeição a língua em cincoenta lições conforme o methodo de Ollendorf, s/d*; VIEIRA, Joaquim José de Menezes. *Exercícios de escripta para aprender brincando*; ROZA, Francisco Ferreira da. *Methodo práctico de aprender a ler, seguido do primeiro livro de leitura*, 1888; SALGADO, Camilo Henrique. *Compendio elementar para o ensino dos primeiros rudimentos de leitura da língua nacional*, 1878.

Conclusão

Vimos que, no século XIX, processo de construção do sistema de ensino, e principalmente de formas de ensino aprendizagem, esteve identificado com a concretização, sob a batuta do Estado, de um sistema editorial do livro didático destinado a promover um processo de homogeneização da formação docente. Contraditoriamente, o processo iniciou-se sob a égide Portuguesa, passou por um processo de controle Português, francês e brasileiro., consolidando-se sob o domínio do Município Neutro, e, ao final do período, pela emergência de uma estrutura sob hegemonia de autores e editoras provinciais.

Notou-se que houve uma atenção especial na compilação de livros escolares com específica função de consolidar atitudes e comportamentos consentâneos com a ordem moral vigente.

Bibliografia

- BASTOS, M.H. C. & FARIA FILHO, L. M. **A escola elementar no século XIX**. Passo Fundo. Ediupe, 1999
- BESSONE, Tania Maria. **Palácios de Destinos Cruzados**. Rio de Janeiro, 1999
- BLANCHARD, Pedro . **Thesouro de Meninos**. Pariz, Aillaud & Guillard 1874
- BRASIL, **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1885**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.
- BRIQUET, Raul. Educação (de 1500 a 1886) in **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949.
- CAMPAGNE, E. M. **Diccionario Universal de Educação e Ensino**. Porto, Ernesto Chardon, 1886.
- FLEIUSS, Max. A Imprensa no Brasil in **Diccionario Histórico, Geographico e Ethnografico do Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.
- HALLEWEL, Lawrence. **Books in Brazil**, Metuchen, The Scarecrow Press, 1982.
- KREUTZ, Lúcio. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira**. São Leopoldo, ed. Unisinos, 1994.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo, Ática, 1996

- LAEMMERT. **Novo catálogo das obras sobre educação instrução e recreio da mocidade.** Rio De Janeiro. Laemmert. 1862
- LAEMMERT, **Novo catálogo das obras sobre educação instrução e recreio da mocidade.** Rio de Janeiro, Laemmert, 1864.
- MARTINS, Ari. **Escritos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, IEL, 1978.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império.** São Paulo, Nacional, 1937 v. 2.
- MOACIR, Primitivo. **A Instrução e as províncias.** São Paulo, Nacional, 1939.
- MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império.** São Paulo, Nacional, 1936
- MONTEVERDE, Emílio Achilles. **Manual Encyclopedico para uso das Escolas D'instrução Primária.** Lisboa, Imprensa Nacional, 1855. 6 ed.
- MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz.** São Paulo, Nacional, 1975.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **Comércio de Livros e Censura de Idéias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)** Anais da XI Reunião da SBPH, Curitiba, 1992
- PERDIGÃO, Henrique. **Diccionario Universal de Literatura.** Porto, Lopes e Silva, 1940.
- RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil 1500-1822.** Rio de Janeiro Kosmos, 1945
- RODRIGUES, Alfredo Ferreira (org) **Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul para 1914.** Rio Grande, Editores Pinto & C. 1914
- ROMERO, Sylvio. **Contos Populares do Brazil.** Lisboa. Nova Livraria Internacional, 1885.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Cultura Luso-brasileira – Da Reforma da Universidade a independência do Brasil.** Lisboa, Estampa, 1999.
- SOUZA, R. & VALDEMARIN, V & ALMEIDA J. **O Legado Educacional do Século XIX.** Araraquara, UNESP, 1998.
- VILLELA, Heloisa. O mestre-escola e a professora. In **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

Elomar Tambara é professor titular de História da Educação da Faculdade de Educação da UFPEL. Presidente da ASPHE. Pesquisador do CEIHE. Publicou vários livros, dentre eles: Positivismo e educação e Introdução à História da Educação do Rio Grande do Sul.
E-mail: tambara@ufpel.tche.br